

## **Democrático, mas não muito: a percepção do jornal Correio da Manhã sobre a democracia brasileira no Segundo Governo Vargas.**

Luis Carlos dos Passos Martins \*

**Resumo:** Neste trabalho, iremos analisar a percepção que o jornal Correio da Manhã (CM) apresentou sobre a política brasileira durante o segundo governo Vargas. Nosso objetivo será avaliar a forma como o CM percebia e representava a dinâmica do regime democrático do período. Nesse artigo, pretendemos defender a hipótese de que a forma como o CM compreendia e criticava o funcionamento real da democracia brasileira nos anos 50 apresenta traços da tradição do pensamento autoritário brasileiro (Oliveira Viana) e ajuda a entender o compromisso parcial do jornal com a defesa das instituições democráticas.

**Palavras-chave:** imprensa, democracia, autoritarismo

**Abstract:** Dans cette travail nous irons analyser la perception que le journal Correio da Manhã (CM) a présenté sur la politique brésilienne pendant le Seconde Gouvernement Vargas. Notre objectif sera évaluer la manière avec la quelle cette périodique a représenté la dynamique du régime démocratique dans cette période. Dans cette article, nous prétendons défendre la hypothèse que la forme avec la quelle le CM comprennait et critiquait le fonctionnement réel de la démocratie brésilienne dans les années 50 présente marques de la tradition du pensée autoritaire brésilien (Oliveira Viana) et aide comprendre le compromis partial du journal avec la défense de las institutons démocratiques.

**Keys-word:** presse, démocratie, autoritarisme

### **Introdução**

Com este trabalho, objetivamos fazer uma reflexão sobre a percepção que o jornal **Correio da Manhã**<sup>1</sup> apresentou a respeito da democracia e da política institucional brasileiras no período entre 1945 e 1964, tendo como foco o segundo governo Vargas. Pretendemos apresentar uma análise sobre a persistência de algumas noções do pensamento autoritário brasileiro, desenvolvido na primeira metade do século XX por autores como Alberto Torres e Oliveira Viana, no chamado período democrático, mesmo por agentes sociais e instituições que se diziam comprometidos com os princípios do liberalismo político.<sup>2</sup>

Consideramos que tal questão pode ser trabalhada, mesmo que parcialmente, no objeto aqui delimitado porque, no período em questão, o Brasil passou por uma experiência democrática, que, apesar de curta, foi bastante singular em relação à própria história do país,

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, bolsista CNPq.

<sup>1</sup> Usaremos a sigla **CM** para nos referir ao **Correio da Manhã** no decorrer do artigo.

<sup>2</sup> Em relação a este ponto, este trabalho se aproxima da pesquisa de Ricardo SILVA sobre a permanência de conceitos autoritário no pensamento político dos principais pensadores brasileiros ligados ao liberalismo econômico, como Eugênio Gudin e Roberto Campos. Ver: SILVA, 2004.

marcada por regimes ditatoriais ou de participação política restrita.<sup>3</sup> Segundo, no que diz respeito ao jornal **CM**, devemos levar em conta que nessa conjuntura, a imprensa brasileira foi um agente não apenas participante mas constituinte desse processo de (re)democratização, sendo o Correio da Manhã um dos periódicos mais combativos e prestigiados desta imprensa tida como liberal,<sup>4</sup> oferecendo uma boa amostragem da mesma.

### **Democracia: alguns esclarecimentos**

Democracia é um daqueles termos polissêmicos cuja definição nunca é isenta de controvérsias. Para esse artigo, não é do nosso interesse aprofundar tal debate, mas apenas fazer alguns esclarecimentos, a fim de ressaltar parâmetros teóricos sobre alguns princípios básicos da democracia moderna.

O primeiro e mais importante ponto a considerar está na questão da representação. Como lembra BOBBIO, uma das principais diferenças entre a democracia antiga e a moderna é que aquela era exercida diretamente pelos cidadãos em assembleias populares enquanto esta é exercida mediante representantes eleitos, processo que o autor associa à constituição do Estado Nação e a profundas modificações conceituais a ele vinculadas.

Com efeito, a democracia antiga foi associada ao exercício do poder pelo *démos*, ou seja, uma entidade coletiva, sobre a qual residia a soberania decisória da cidade-Estado. Decorrendo daí que a filosofia política dominante dos antigos “é aquela bem expressa na tese aristotélica do homem como originalmente animal social que vive desde o nascimento em uma sociedade natural como a família” (BOBBIO, 1998, p. 378). Já a democracia dos modernos, contudo, fugiu aos parâmetros estabelecidos na antiguidade e foi provavelmente o pensador liberal Benjamin CONSTANT quem melhor apresentou essas distinções.<sup>5</sup> Procurando traçar as principais diferenças entre a “liberdade” dos antigos e a dos modernos, CONSTANT defendeu que a primeira, embora válida em seu tempo, não era mais adequada e mesmo desejada para os “modernos”, porque as dimensões do Estado-Nação contemporâneo e a sua organização econômica e social tiraram o tempo livre que os cidadãos poderiam destinar aos negócios do Estado e tornaram sua vida privada mais interessante do que os assuntos públicos (CONSTANT, 1985, p. 14.). Para o autor, a liberdade moderna só era

---

<sup>3</sup> Sobre essa evolução no sistema partidário no período, consultar: LIMA Jr., 1981, p. 24-44., e CAMPELLO DE SOUZA, 1976.

<sup>4</sup> Em relação a estas considerações sobre o **CM**, podemos consultar o verbete referente ao jornal in: ABREU, 2001, p. 1625-1632.

<sup>5</sup> Refiro-me à conferência *Da liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos*. As citações neste artigo foram retiradas da seguinte publicação: CONSTANT, 1985.

possível mediante o “sistema representativo”, ou seja, através de “uma procuração dada a um certo número de homens pela massa do povo que deseja ter seus interesses defendidos e não tem, no entanto, tempo para defendê-los sozinho” (CONTANT, *op.cit.* 23).

Dessa explanação, interessa-nos algumas questões: a) a associação entre o sistema representativo e o desenvolvimento do individualismo; <sup>6</sup> b) a condição do representante como um mandatário do representado; ou seja, se a democracia representativa baseia-se na separação entre o corpo social e o corpo político, ela só é legítima porque o conceito de representação é visto como uma procuração do representado para o representante; procuração esta limitada no tempo e na amplitude dos seus atributos e que exige a avaliação permanente das ações do segundo por parte do primeiro através de um cidadão ativo, apto para escolher bem seus representantes e para acompanhar suas atuações na esfera decisória; c) a complexidade dos Estados modernos e a diversidades de interesses sociais, regionais, étnicos, etc., acabou gerando uma nova instituição associada à democracia representativa: o sistema partidário; corpos intermediários entre o universo institucional e o conjunto dos diferentes cidadãos, aos partidos políticos caberia, ao menos em tese, elaborar os programas, projetos, propostas, etc., que dariam expressão na esfera pública a diversidade dos interesses na sociedade. <sup>7</sup>

### **Correio da Manhã e a política constitucional**

O **CM** é considerado pela bibliografia especializada como um jornal que fez oposição ao segundo governo Vargas. Em conflito com Getúlio desde 1932, o periódico se posicionou contra o seu retorno ao Catete na eleição de 1950, fazendo campanha aberta pela candidatura de Eduardo Gomes (UDN). Durante o mandato do presidente, o **CM** foi tomando uma atitude crescentemente crítica diante do governo federal, embora não tenha defendido uma solução golpista em 1954. <sup>8</sup> Vejamos melhor isso.

No primeiro ano de governo, percebemos certa moderação do jornal nas críticas a Vargas, tendo o **CM**, inclusive, tomado posição a favor dos principais programas econômicos do governo <sup>9</sup>. Entretanto, desde o início, o jornal já fez ressalvas políticas a Getúlio,

---

<sup>6</sup> Segundo BOBBIO, enquanto a democracia antiga tem como fundamento de sua soberania o “povo”, entidade coletiva e indivisível, a “democracia moderna repousa em uma concepção individualista de sociedade” (BOBBIO, *op.cit.* p. 380).

<sup>7</sup> Consultar OPPO, 1998, p. 899.

<sup>8</sup> Quanto à relação entre o **CM** e Getúlio Vargas, consultar o verbete referente ao jornal em ABREU, 2001, pp. 1625-1632 e de ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994.

<sup>9</sup> Nesse primeiro ano, o jornal deu apoio, por exemplo, às medidas tomadas pelo ministro da Fazenda, Horácio Lafer, para a estabilização da economia (como combate à inflação, controle do déficit, etc.) e às principais ações do governo Vargas voltadas ao desenvolvimento econômico.

expressando o receio de que o presidente tivesse a intenção de promover outro golpe de Estado. Nesses momentos, Vargas foi apresentado como um político “pouco à vontade” com as instituições democráticas,<sup>10</sup> empenhado em promover uma espécie de “hipertrofia” do Executivo em detrimento do poder Legislativo.<sup>11</sup>

Mas, conforme o mandato de Vargas foi avançando e o país enfrentou problemas conjunturais mais graves (aumento da inflação, carestia, greves), as críticas do jornal se tornaram mais incisivas. No que se refere às condenações políticas do presidente, o **CM** amenizou sua preocupação com um possível golpe de Estado varguista e passou a condenar sua inação diante da crise generalizada que estaria se aproximando do Brasil. Novamente, Getúlio representava uma ameaça às instituições democráticas, mas agora pela razão oposta: ao invés da hipertrofia do Executivo, era a atrofia desse poder de Estado que preocupava, ou seja, por não cumprir o papel de comando e de orientação que um chefe de governo deveria fazer diante de uma situação de crise, Vargas contribuía para precipitar o país na anarquia.<sup>12</sup>

Contudo, a incompatibilidade entre Vargas e a democracia não ocorria apenas nestas e por estas questões conjunturais. Ao contrário, tal incompatibilidade tinha raízes em um conjunto maior de práticas políticas levadas a efeito pelo presidente no exercício de sua vida pública, do qual os problemas conjunturais apontados eram apenas os sintomas mais visíveis.

O Sr. Getúlio Vargas, por mais que intelectualmente se esforce para manter-se à altura dos tempos, permaneceu, psicologicamente, vinculado a suas experiências anteriores. Conservou, até hoje, a sobrevalorização dos cambalachos de coronéis e das manobras com os empregos e favores públicos. E é por este motivo que mantém as sufocantes tradições burocráticas que centralizam, no presidente da República, os mais insignificantes papéis. Homem do Estado Novo, conservou as ilusões sobre a eficácia da demagogia trabalhista e das promessas mirabolantes.<sup>13</sup>

Vemos por essa passagem que Vargas é associado a uma série de práticas políticas incompatíveis com uma autêntica democracia representativa, como: a) a sobrevalorização dos “cambalachos dos coronéis” e das “manobras com os empregos e favores públicos”, que quebram a impessoalidade com que os cargos públicos devem ser exercidos; b) as “sufocantes tradições burocráticas” que centralizam o poder no presidente, resquícios de sua antiga condição de ditador e que ferem o equilíbrio entre os poderes; por fim, c) a “demagogia trabalhista” pela qual o líder político procura conseguir popularidade mediante a promessa ou distribuição de benefícios e rendas indevidas, minando o livre jogo eleitoral e a independência

---

<sup>10</sup> *O novo ministério*, **Correio da Manhã**, 01 de janeiro de 1951, 1º caderno, p. 04.

<sup>11</sup> *Satisfeito*, **Correio da Manhã**, 08 de agosto de 1951, 1º caderno, p. 04.

<sup>12</sup> Por exemplo, *As instituições e o governo*, **Correio da Manhã**, 15 de janeiro de 1953, 1º caderno, p. 04.

<sup>13</sup> *Inépcia política*, **Correio da Manhã**, 21 de junho de 1953, 1º caderno, p. 04.

do cidadão-eleitor. Entretanto, essas práticas nocivas à democracia pertencem ao passado de Vargas e são atualizadas por ele no exercício do poder, fazendo com que, para o jornal, estabeleça-se uma defasagem entre o universo político do presidente e a realidade social brasileira.

Apesar da centralidade que Vargas recebe na análise política do **CM**, seria errado concluir que o presidente fosse considerado a causa das ameaças ao regime democrático. Ao contrário, na ótica do jornal, Getúlio não é a origem desses problemas, mas apenas a sua expressão mais visível. Vejamos outro editorial, no qual o **Correio** condena o personalismo na política nacional:

Há um vício nos homens de governo do Brasil, vício que vem de longe, mas que se exacerba quando o sr. Getúlio Vargas está no poder: é o personalismo. (*Nossos governantes*) ainda não compreenderam que o povo é massa homogênea em que todos são cidadãos livres, soberanos e iguais. Estão, em suma, na fase do caudilhismo, em que a terra governada era propriedade exclusiva do caudilho e do seu clã.<sup>14</sup>

Mais uma vez vemos a condenação dos “vícios” da política nacional provenientes de um passado que sobrevive no presente como uma indesejável herança, só que agora esta herança está disseminada pelo corpo político nacional. Em outras palavras, a defasagem existente entre as práticas políticas e a realidade social brasileira não é um atributo apenas de Getúlio mas do próprio sistema político brasileiro. Em editorial intitulado *Aparência e realidade* o jornal deixa essa questão ainda mais clara.<sup>15</sup> Inicia-se o texto afirmando:

O que torna especialmente grave a situação brasileira (...) é o fato de se verificar, em nossas instituições políticas, um profundo divórcio entre sua aparência e sua realidade. Há um governo e uma oposição aparentes, distintos e diversos das forças que efetivamente estão interferindo nos acontecimentos. Há uma luta entre o governo e a oposição nominais que encobre as verdadeiras lutas que atualmente se processam.

Assim, se Vargas apenas finge que governa, a oposição, aqui nominada pela UDN, composta “de homens ainda mais superados que o próprio Getúlio Vargas”, não compreendem essa realidade e “muito menos podem representá-la.” Diante dessa “oposição nominal e aparente” dos partidos, a “verdadeira oposição são as classe sociais, destituídas de autêntica representação política, mas empenhadas numa crescente luta entre si e todas elas contra o governo do sr. Getúlio Vargas”.

---

<sup>14</sup> *Personalismo, Correio da Manhã*, 09 de março de 1952, 1º caderno, p. 04.

<sup>15</sup> *Aparência e realidade, Correio da Manhã*, 11 de abril de 1953, 1º caderno, p. 04.

Notamos, assim, que a análise que o jornal faz da realidade política nacional ultrapassa a condenação a Vargas e engloba uma percepção bastante crítica do sistema político-partidário brasileiro. Para o jornal, aliás, só poderemos compreender esta realidade política se levarmos em conta que ela apresenta um fenômeno novo, a saber, a “falência dos partidos”, os quais, “destituídos de base ideológica, de compromissos programáticos e de real contato com o povo, especialmente com os interesses concretos das classes e das regiões, (...) ficaram reunidos a grupos profissionais, manipuladores de diretórios.”<sup>16</sup>

Com base no que vimos sobre os princípios da democracia representativa, essa percepção sobre uma possível “falência dos partidos” deveria levar o jornal à conclusão inevitável de que, se o corpo político se demonstra incapaz de representar o corpo social, ele perde sua própria razão de existir e, assim, o sistema democrático representativo perde sua legitimidade.

O jornal parece não esquecer essa possibilidade. São constantes os alertas em seus editoriais a respeito das ameaças ao regime democrático, até porque, como o próprio **CM** afirma, “é uma fatalidade política o caminharem as forças reais para se tornarem institucionais. E essa transformação significa no momento golpe ou revolução”.<sup>17</sup> Entretanto, dessa constatação o **CM** não passa a defender um abandono do regime democrático, mas sim a sua reforma. Uma delas é a obrigatoriedade de se “recuperar a representatividade”.<sup>18</sup>

Contudo, no material até agora pesquisado, não pudemos identificar exatamente se o **CM** dispõe de um projeto político claro para esta recuperação da representatividade e qual seria este. O jornal parece apenas se limitar a exortar “os homens públicos mais lúcidos de comporem, acima dos partidos, movimentos políticos dotados de efetiva significação ideológica, capazes de traçar rumos para as amplas massas”.<sup>19</sup>

Mas, para o próprio **CM**, tais medidas não parecem ser suficientes, até porque seria equivocado supor que ele identificasse ameaças à democracia brasileira apenas no corpo político. Com efeito, se, por um lado, a falta de verdadeiros líderes faz com que os grupos sociais fiquem à mercê dos aventureiros e demagogos, por outro lado, estes só têm chance de prosperar porque no corpo social existem cidadãos despreparados, que se deixam enganar. Questão que o jornal abordou diretamente ao comentar a ausência de um plano educacional

---

<sup>16</sup> *Transformações políticas, Correio da Manhã*, 27 de maio de 1953, 1º caderno, p. 04.

<sup>17</sup> *Aparência e realidade, Correio da Manhã*, 11 de abril de 1953, 1º caderno, p. 04.

<sup>18</sup> “Os partidos políticos existentes não representam mais nenhuma realidade, constituindo meros instrumentos de poder de grupos destituídos de apoio popular. Em lugar deles, é necessário auscultar as forças que realmente operam em nosso meio social e falam em nome das classes e dos interesses regionais” (*Primeiro, o comando, Correio da Manhã*, 05 de abril de 1953, 1º caderno, p. 04).

<sup>19</sup> *Transformações políticas, Correio da Manhã*, 27 de maio de 1953, 1º caderno, p. 04.

no Brasil, cujas conseqüências “são as massas, a quem se deu o sufrágio universal e secreto sem a correspondente educação, que precipitam o país no vórtice da demagogia”.<sup>20</sup>

Em outras palavras, notamos que, para **CM**, as falhas no espaço da representação estão associadas a deficiências no universo dos representados, provocadas pela entrada nesse universo de “massas” ainda inaptas ao exercício consciente da cidadania, trazendo perigos para a própria democracia. Pouco capazes de compreender a complexidade dos assuntos públicos, essas “massas” representariam um perigo ao regime quer seja por exigir mais do que o sistema pode lhes dar,<sup>21</sup> quer seja por estarem propensas a buscar meios não-institucionais para a satisfação de seus anseios.<sup>22</sup> E não é apenas Vargas que fracassa em lidar com o problema da mobilização dessas massas, apelando para a demagogia. A própria elite nacional age da mesma forma.

A mesma falta de imaginação criadora leva as elites de nossos dias a sucumbir diante da outra dimensão de nossa crise: a rebelião das massas. Em face dessas massas miseráveis e ignaras, carentes de pão e de espíritos, não temos sabido apresentar outro caminho senão o da demagogia fácil, que saca sobre a parca riqueza acumulada, queimando, numa euforia dos momentos, todas as reservas do futuro.<sup>23</sup>

Não é surpreendente, assim, que o jornal acabe concluindo que a ameaça que paira sobre a democracia deriva de uma verdadeira “demissão das elites” nacionais de seu dever de governar.<sup>24</sup> Mais do que isso – e aqui entra uma questão fundamental - a “demissão das elites” democráticas deixa essas “massas ignaras” à disposição de um perigo muito maior do que a demagogia trabalhista: a sedição comunista.<sup>25</sup> E diante deste risco nem o próprio jornal garante fidelidade incondicional aos princípios democráticos. Com efeito, ao defender a aprovação da Lei de Segurança Nacional, que garantia poderes especiais ao Executivo para o

---

<sup>20</sup> *Economia e ensino*, **Correio da Manhã**, 24 de junho de 1952, 1º caderno, p. 04.

<sup>21</sup> Por exemplo, ao comentar o desgaste de Vargas frente a seu eleitorado, o jornal argumenta: “Cansaram-se as massas de promessas e de discursos. E seguindo a inexorável dialética da demagogia ultrapassaram o próprio demagogo e exigem espetáculo novo e mais audacioso.” (*A experiência fracassada*, **Correio da Manhã**, 21 de janeiro de 1953, 1º caderno, p. 04).

<sup>22</sup> Como o **CM** deixou bem claro ao condenar a “inação” de Vargas: “Enquanto isso, ruge descontentamento. Massas primárias, a que se tem negado a mais elementar instrução e às quais se nega, agora, a própria subsistência, começam a dar os primeiros sinais de que se aproxima a explosão. E o Sr. Getúlio Vargas não vê o vulcão que se forma por baixo de seus pés, profere discursos incendiários, concitando o operariado a participar do governo, sem ter nenhuma idéia de como tal pudesse se realizar”. (*As vésperas da anarquia*, **Correio da Manhã**, 28 de setembro de 1952, 1º caderno, p. 04).

<sup>23</sup> *Imaginação criadora*, **Correio da Manhã**, 28 de agosto de 1951, 1º caderno, p. 04.

<sup>24</sup> *Demissão das Elites*, **Correio da Manhã**, 15 de setembro de 1953, 1º caderno, p. 04.

<sup>25</sup> Ao comentar a postura do Congresso Nacional na aprovação do projeto da Petrobras o jornal comenta este processo, afirmando que a democracia brasileira corria perigo porque as “elites democráticas” estão sendo “violadas por outras elites através do poderoso e agressivo instrumento da propaganda. (...) Enfim, o fenômeno se resume nisto: uma elite imperialista está subjugando uma elite democrática”. (**Correio da Manhã**, *idem*).

combate ao comunismo, o jornal criticou da seguinte maneira os que condenavam os rigores repressivos desta legislação chamando-a de “lei de exceção”:

Responderemos com a maior franqueza: é isto mesmo. Precisamos, em situação excepcional, de uma lei de exceção. (...) O comunismo seria, além de pregação de violência revolucionária, expressão de uma ideologia, isto é de uma força espiritual. Não poderia ser combatido, eficientemente, com recursos apenas administrativos e policiais. (...). Com os bolchevistas não há possibilidade de discussão ideológica. Não admitem outra opinião. Então, não vamos admitir a deles.<sup>26</sup>

## Conclusão

Com base na exposição acima, podemos notar que o **CM** apresenta uma análise bastante crítica da realidade política brasileira, que ultrapassa a mera condenação de Vargas e de seu governo. Para o jornal, a democracia emergente no Brasil dos anos 50 sofria uma série de ameaças, que podiam inviabilizar sua continuidade: do lado do corpo político, o sistema partidário carecia de representatividade; do lado do corpo social, as massas ignoras, recém-admitidas na cidadania, apresentavam-se inaptas para o seu exercício adequado, estando à mercê dos demagogos ou mesmo podendo levar o sistema à anarquia ou à subversão.

O que podemos concluir deste drástico diagnóstico? Em princípio, o jornal parece apenas pretender levantar as possíveis falhas de um sistema que, em sua opinião, não funcionaria adequadamente, com base nos próprios princípios da democracia representativa.

Entretanto, podemos ir mais além na interpretação, quando consideramos que alguns dos elementos básicos da análise apresentada pelo **CM** à respeito da democracia brasileira são encontrados não apenas na corrente liberal mas também na longa tradição de pensadores autoritários nacionais, que tem em Oliveira Vianna o autor mais proeminente.<sup>27</sup> Questões que diziam respeito à predominância no Brasil de práticas políticas como o personalismo, o clientelismo, o caudilhismo e o espírito de clã eram fatores centrais da leitura que este autor, entre outros, apresentou sobre a realidade político-social brasileira nos anos 20 e 30. Da mesma forma que a convicção na ausência de “verdadeiros partidos políticos entre nós” (BRESCIANI, 2005, 302) e a idéia de um “desencontro entre sociedade e as instituições políticas que a regiam” (BRESCIANI, *op.cit.*, 297).

Claro que encontramos diferenças: para o **CM**, esses elementos pertenciam mais ao passado político brasileiro que se mantinham presentes na prática política dos homens

---

<sup>26</sup> *O combate ao comunismo*, **Correio da Manhã**, 12 de fevereiro de 1953, 1º caderno, p. 04.

<sup>27</sup> As considerações aqui a respeito do pensamento autoritário brasileiro e, em especial, sobre Oliveira Vianna, baseiam-se essencialmente em: BRESCIANI, 2005., FAUSTO, 2001, PIVA, 2004 e VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O idealismo da constituição*. 2. ed.aug. Rio de Janeiro : Terra de Sol.



públicos <sup>28</sup>; ademais, o jornal não concluía que a democracia fosse inadequada ao Brasil, devendo ser substituída por um regime autoritário.

Mas, encontramos significativas convergências. A principal delas está na constatação de deficiências no corpo social, ou seja, na carência de cidadãos realmente aptos para o exercício da democracia. <sup>29</sup> No caso de Oliveira Vianna, essa inconsistência se dava, entre nós, pela ausência de solidariedade social ou orgânica entre os membros do “povo”, devido à sua origem rural, local da dispersão territorial e do clientelismo. Já o **CM**, escrevendo em uma conjuntura na qual o Brasil se urbanizava rapidamente, apela para a teoria - também desposada por Vianna - do regressivismo das massas, ou seja, do comportamento quase irracional dos homens quando reunidos em multidões, situação que se agravaria quando estas massas eram compostas por pessoas pouco instruídas e manipuláveis. <sup>30</sup> Tanto em um caso como no outro, estamos diante de exemplos do pensamento conservador baseado no princípio de que as camadas populares são incapazes, não só de se auto-governarem, como também de terem uma opinião clara de seus próprios interesses.

Dessa maneira, estando baseados em uma premissa comum sobre a incapacidade do corpo social, não surpreende que tanto Vianna como o **CM** compartilhem a mesma conclusão: o governo do país deve ser essencialmente uma tarefa da elite nacional. <sup>31</sup>

Por fim, mesmo que o jornal não defenda a substituição da democracia por um regime autoritário, seu diagnóstico da precariedade do regime, além de semelhante ao dos pensadores autoritários, tende a levar a uma conclusão semelhante quando “valores maiores” – como a ordem social e legal, ou mesmo ao regime capitalista - forem postos em risco. Nesse caso, estaria justificado o abandono de um regime democrático imperfeito diante de uma realidade que exponha ao limite suas incongruências.

---

<sup>28</sup> Nesse ponto, o **CM** se aproxima mais de Sérgio Buarque de Holanda do que de Oliveira Vianna (ver BRESCIANI, *idem*, p. 310)

<sup>29</sup> No dizer de Vianna, teríamos a ausência de uma “opinião organizada” (BRESCIANI, *op.cit.*, 326).

<sup>30</sup> Sobre esta teoria do regressivismo das massas e a influência dela sobre o pensamento de VIANNA, consultar: BRESCIANI, *op.cit.*, p. 335.

<sup>31</sup> Quanto a VIANNA, consultar BRESCIANI, *op.cit.* p. 341. Já em relação ao **CM**, ver, por exemplo o editorial *Demissão das Elites*: “E, quando as elites não se afirmam, não se impõem, não se fazem valer pela inteligência pela cultura, pela coragem que lhes dão as próprias virtudes, a democracia está em perigo.” (**Correio da Manhã**, 15 de setembro de 1953, 1º caderno, p. 04.)

### **Bibliografia**

1. ABREU, Alzira Alves de et alli. (coord). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
2. ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela (org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
3. Bobbio, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro : Campus, 2000. 717 p.
4. Bresciani, Maria Stella Martins. O charme da ciência e sedução da objetividade : Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo : UNESP, 2005. 501 p.
5. CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. Estado e partidos políticos no Brasil : 1930-1964. São Paulo : Alfa-Omega, 1976.
6. Fausto, Boris. O pensamento nacionalista autoritário : 1920-1940. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, c2001. 81 p
7. LIMA Jr., Olavo B. L. O sistema partidário brasileiro, 1945-1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). Os partidos políticos no Brasil. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1981. p. 24-44.,
8. PIVA, Luiz Guilherme. Ladrilheiros e semeadores. São Paulo: Ed. 34, 2004.
9. SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Editora Argos, 2004. 363 p.